



Referência: Processo nº 202200006006572

Interessado(a): CE Polivalente Dr. Sebastião Gonçalves, do município de Uruaçu - GO.

Assunto: Análise de Edital de Licitação. Modalidade Tomada de Preços. Aprovação Condicionada das Minutas do Edital e Contratual.

DESPACHO Nº 6160/2023/SEDUC/PROCSET-05719

DESPACHO CONCLUSIVO

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de solicitação encaminhada pela Gerência de Licitação desta Secretaria de Estado da Educação (51005126), em que requer, para efeito de cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei Nacional de Licitações e Contratos Administrativos – a **análise** do Edital de Licitação sob a modalidade **Tomada de Preços** (51003637), do tipo menor preço, sob o regime de execução de empreitada por preço global, que tem por objeto a *“reforma e implantação de quadra coberta no Centro de Ensino em Período Integral Polivalente Dr. Sebastião G. de Almeida, no município de Uruaçu-GO”*, com valor total estimado em **R\$ 954.992,28** (novecentos e cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos).

1.2. A presente apreciação, que tomará por base exclusivamente os elementos constantes dos autos, será realizada à luz do disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como nas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.3. É o breve relatório, análise a seguir.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Nos moldes do disposto no §2º do art. 22 da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

2.2. Cuida-se de um procedimento licitatório conforme previsão do art. 23, inciso I, alínea “b”, da citada Lei de Licitações – como aquelas cujo valor, para obras ou serviços de engenharia, seja de até R\$ 1.500.000,00. Aponta-se que tal parâmetro foi atualizado pelo Decreto nº 9.412/2018, passando para R\$ 3.300.000,00. Por se tratar o objeto do certame em andamento de obra de engenharia, cujo valor encontra-se no limite discriminado, conclui-se que a modalidade escolhida para a pretendida licitação adequa-se aos requisitos legalmente exigidos.

2.3. Quanto ao projeto básico, a Lei Federal nº 8.666/1993 impôs a obrigatoriedade de sua existência, sob pena de nulidade do procedimento licitatório e a consequente responsabilização do agente público. Assim, prescrevem o art. 7º, §2º, I e § 6º, *in verbis*:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

(...)

§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

2.4. A partir de um projeto básico preciso e detalhado se evitam falhas tanto no procedimento licitatório quanto na própria execução da obra pública, permitindo à Administração a consecução da economicidade (eficiência, eficácia e efetividade). Ademais, a precisão do projeto básico possui íntima relação com a fixação dos quantitativos e da qualidade dos itens que compõem o objeto, bem como com a estimativa de preços.

2.5. Igualmente, com a propriedade que lhe é peculiar, o professor Marçal Justen Filho aduziu ser necessária não só a existência do projeto básico, mas o seu exame à luz do interesse público e das exigências legais, bem como a sua aprovação expressa:

Não basta a elaboração do projeto básico. **É necessária a sua aprovação, por ato formal e motivado da autoridade competente**, a qual deverá avaliá-lo e verificar sua adequação às exigências legais e aos interesses supraindividuais. A autoridade, ao aprovar o projeto, responsabiliza-se pelo juízo de legalidade e de conveniência adotado. Será competente para aprovar o projeto básico a autoridade competente para determinar a contratação da obra ou do serviço a que tal projeto se refere. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 224, 2019). (grifou-se)

2.6. O **Estudo Técnico Preliminar**, conforme orientação do art. 2º, inciso II, da Lei estadual nº 17.928/2012, foi elaborado abrangendo os elementos que subsidiaram o Projeto Básico, contendo, inclusive, registro fotográfico detalhado do local onde será executada a obra. Ainda, foi subscrito pela Gerente de Projetos e Infraestrutura e pelo Superintendente de Infraestrutura desta Pasta (50536637).

2.7. Verifica-se nos autos a presença do **Projeto Básico** no Evento Sei nº 50536630 e como Anexo I do Edital de Licitação (51003637). Os projetos, básico e executivos, foram expressamente aprovados e certificado que estão atualizados e aptos à adequada execução do objeto nas atuais condições em que se encontra, nos termos do art. 7º, parágrafos 2º a 4º, da Lei federal nº 8.666/1993 e conforme disposto no **Parecer Técnico** (50536639), devidamente subscrito pelos profissionais responsáveis.

2.8. Registra-se que a Superintendência de Infraestrutura afirma, no Termo de Adequação anexo ao evento Sei nº 000031371059, a suficiência do projeto, no mesmo expediente afirma a área técnica *"que o processo em trâmite atende a Resolução Normativa nº 006/2017 – TCE-GO"*.

2.9. Alerta-se, contudo, levando-se em consideração a dicção do art. 6º, inciso IX, da Lei federal nº 8.666/93, e do art. 12 da Lei estadual nº 17.928/2012, que, quando da realização do procedimento licitatório, os projetos deverão estar adequadamente atualizados, de forma que se tente evitar, exatamente, a necessidade de aditivos contratuais quando da execução do objeto, em razão da utilização de projetos desatualizados, elaborados há lapso temporal que permita alterações significativas nas condições iniciais da obra.

2.10. Em relação ao **Plano de Execução** da obra, o item 7 do Projeto Básico estabelece duas etapas de execução, informando que: *"Visto que a obra em questão se refere a implantação de Quadra Coberta, não é necessário dividir a obra em etapas, considerando que não afetará a rotina escolar dos alunos e funcionários da unidade escolar. A separação por tapumes da edificação escolar com a obra é suficiente para andamento da obra conforme cronograma físico-financeiro"*.

2.11. Pontua-se que embora o **Projeto Básico** esteja, de forma geral, em sintonia com a legislação de regência, foi verificada a necessidade de que seja verificado pela área técnica desta Secretaria se os projetos contemplam condições mínimas de acessibilidade às Edificações. Recomenda-se, em caso negativo, que passem a contemplá-las, apresentando nos autos as justificativas que se fizerem necessárias.

2.12. Quanto à atestação das exigências de segurança e saúde do trabalho pelo órgão responsável (SESMT), encontra-se no evento SEI nº 000031564364.

2.13. Referente ao licenciamento ambiental, consoante previsão do art. 60, inciso VII, da Lei Estadual nº 17.928/12, registra-se que consta nos autos sua inexigibilidade (48995940).

2.14. Com relação à aprovação das instalações elétricas, foi informado pela Gerência de Projetos e Infraestrutura, por meio do Despacho nº 2170/2023/GEPI (50536785), que: *"Em relação à Rede Elétrica / Instalações Elétricas, os projetos não necessitam dar entrada na concessionária Equatorial para aprovação;"*.

2.15. Com relação à regularidade orçamentária e financeira da despesa, o art. 7º, §2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, determina que as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações delas decorrentes, conforme o respectivo cronograma. Nos autos, consta apenas uma Programação de Desembolso Financeiro com status "liberado", no valor de R\$ 1.910.461,47 (um milhão, novecentos e dez mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos). Assim, imprescindível a juntada nos autos da Declaração de Adequação Orçamentária e da Programação de Desembolso Financeiro com status "liberado" complementar, em atenção à norma do art. 11, inciso IV, da Lei Estadual nº 17.928/2012., em atenção à norma do art. 11, inciso IV, da Lei Estadual nº 17.928/2012.

2.16. Verifica-se presente o cadastro na Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística da SEAD, conforme Despacho nº 88671/2023 SCCGL (51003564).

2.17. No que diz respeito à autorização da titular desta Pasta, em cumprimento ao Decreto Estadual nº 9.898/2021, que dispõe sobre a delegação de competência prevista no parágrafo único do art. 84-A da Lei Estadual nº 17.928/2012, esta se dará por intermédio do Despacho nº 2841/2023/COORDASTEC (50739222), após aquiescência da Secretaria de Estado da Educação.

2.18. Quanto à propriedade do bem imóvel onde está edificado o colégio que se aspira realizar a obra, verifica-se nos autos a certidão onde consta a propriedade em favor do Município de Uruaçu-GO (51516817). Por outro lado, foi informado pela Gerência de Projetos e Infraestrutura, por meio do despacho nº 2257/2023/GEPI (50896728), a existência de processo de regularização do imóvel mencionado.

2.19. Quanto ao orçamento elaborado (50536502), verifica-se que foram utilizadas as Tabelas GOINFRA e SINAPI. Alerta-se, neste ponto que, no caso de as tabelas de referência apresentarem defasagem de tempo entre sua publicação e a realização do certame maior que 90 (noventa) dias, os valores constantes do orçamento deverão ser reajustados segundo a variação dos índices mais atuais de obras e serviços rodoviários ou do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, a depender dos serviços que compõem o orçamento da obra, nos exatos termos do art. 7º, §1º, do Decreto estadual nº 9.900, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, devendo a área técnica desta Secretaria, responsável pela contratação, certificar-se da manutenção da atualização das planilhas orçamentárias nos termos do dispositivo legal referenciado.

2.20. Ressalta-se, que, caso haja versões atualizadas das tabelas de referência utilizadas, entende-se que há a opção de utilizá-las, em detrimento da aplicação do índice referencial, conforme estabelecido no Decreto estadual nº 9.900/2021, ficando a cargo da área técnica responsável pela contratação a escolha da opção que melhor atenda ao interesse público, apresentando valores mais vantajosos para a Administração. Ainda quanto ao orçamento elaborado, especificamente no que diz respeito à cotação de preços dos itens que, porventura, não compõem as citadas tabelas, entende-se que deverá observar os incisos III a VI do art. 7º do Decreto estadual nº 9.900/2021.

2.21. Quanto ao **Plano de Fiscalização** (47330694), destaca-se o importante papel a ser desempenhado pela Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras desta Secretaria, cuja atividade de fiscalização da execução das obras de engenharia é de fundamental importância para o resultado ideal esperado. Sendo assim, compreende-se que a Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras, em conjunto com a Gerência de Projetos e Infraestrutura, deverão participar ativamente dos processos de execução de obras desde a deflagração do procedimento licitatório, seguindo rigorosamente as estratégias e metas traçadas no referido documento.

2.22. No que diz respeito à adequada execução do objeto e da sua fiscalização, alerta-se da possibilidade de responsabilização tanto da empresa contratada quanto dos responsáveis técnicos desta Secretaria, conforme previsão legal, que estarão sujeitos à apuração de responsabilidade em razão da execução inadequada do objeto, seja pelo descumprimento do cronograma físico-financeiro e dos projetos elaborados, seja por apresentarem projetos deficitários, advindos de erros na sua elaboração, ou, ainda, em razão da execução irregular dos mesmos, embora adequadamente elaborados, ou em razão de falha na fiscalização da execução do objeto pelo fiscal responsável.

2.23. Quanto à Minuta do **Edital de Licitação** (51003637), nos termos do art. 40 da Lei de Licitações, o Instrumento Convocatório deverá prever em seu preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida pela citada Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, informações referentes ao objeto, prazo e condições para a assinatura do contrato, sanções, critérios para julgamento, dentre outras exigências, todas atendidas pelas disposições do instrumento sob análise. Necessário, contudo, que sejam tomadas, ainda, as seguintes providências:

- a) De início, sublinhe-se que todas as disposições coincidentes ao Edital de Licitação, ao Projeto Básico e à Minuta do Contrato, a exemplo dos critérios para pagamento, reajustamento, prazos diversos, bem como respectivos termos iniciais de contagem, sanções, hipóteses de rescisão, e quaisquer outras ora não enumeradas, deverão estar devidamente compatibilizadas;
- b) Fazer constar no Edital de Licitação o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006;
- c) No **item 4.2** do Edital de Licitação, excluir o trecho “ou licitante”;
- d) O **item 11.4** e **subitem 11.4.1** do Edital de Licitação preveem que a garantia contratual se estenda por mais 60 (sessenta) dias após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro para a execução da obra. Recomenda-se, contudo, levando em consideração os prazos de 15 (quinze) dias para o recebimento provisório do objeto e de 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo, conforme **itens 11.2.1** e **11.2.2** do Projeto Básico, que a vigência da garantia se estenda por mais 105 (cento e cinco) dias, sem prejuízo da sua renovação, se necessário, conforme item 11.8 do Instrumento Convocatório. Ademais, tendo em vista

que a vigência da garantia contratual seria a mesma para todas as espécies de garantia previstas, recomenda-se, ainda, a exclusão do **subitem “e.6”** do item 11.4.1 do Edital de Licitação;

e) No **item 15.4** do Edital de Licitação, onde se lê “..., obedecida a ordem cronológica de que trata o inciso IV do art. 2º do Decreto Estadual nº 9.561/2019...”, leia-se “..., obedecida, **em qualquer caso**, a ordem cronológica de pagamento de que trata o inciso IV do art. 2º do Decreto Estadual nº 9.561/2019...”.

2.24. Especificamente quanto à **Minuta Contratual**, Anexo IX do Edital de Licitação (51003637), o art. 55 da Lei federal nº. 8.666/93 determina quais são as cláusulas necessárias em todo contrato. Feita a análise do instrumento contratual, observa-se que todas as exigências elencadas no dispositivo legal citado foram satisfatoriamente atendidas. Entretanto, deverão ser providenciadas as adequações seguintes:

a) No **preâmbulo** da Minuta do Contrato, onde se lê “*pessoa jurídica de direito público privado*”, leia-se “*pessoa jurídica de direito público*”;

b) No **item 3.3** da Minuta Contratual, onde se lê “..., obedecida a ordem cronológica de que trata o inciso IV do artº. 2º do Decreto Estadual nº 9.561/2019...”, leia-se “..., obedecida, **em qualquer caso**, a ordem cronológica de pagamento de que trata o inciso IV do art. 2º do Decreto Estadual nº 9.561/2019...”;

c) No **item 3.4.1** da Minuta Contratual, adequar a referência para o **item 15.8** do Edital de Licitação;

d) Adequar a **Cláusula Nona** da Minuta do Contrato (Da Garantia de Execução) às disposições correspondentes do Edital de Licitação, observada a orientação do item 2.23, alínea "c" do presente expediente;

2.25. **Da instrução dos autos.** No que diz respeito à adequada instrução processual, constatou-se a necessidade de que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Todas as Anotações/Registros de Responsabilidade Técnica (ART's/RRT's) deverão instruir os autos, em suas versões definitivas;

b) Atualizações que se fizerem necessárias no orçamento elaborado, nos termos das orientações dos **itens 2.19 e 2.20** da presente manifestação;

c) Demais providências a cargo da Gerência de Licitação, eventualmente não registradas nesta manifestação.

2.26. Quanto à qualificação técnica das licitantes, tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo, tão-somente, constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Dessa forma, as exigências relativas à capacidade técnica devem ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas, inequivocamente, sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.

2.27. Alerta-se, além disso, que a exigência excessiva de requisitos para a capacitação técnica reveste-se de manifesta ilegalidade, podendo comprometer significativamente a competitividade no certame, sendo motivo de responsabilização daqueles que deram causa à irregularidade. Nessa mesma linha de raciocínio, alerta-se que é de responsabilidade da área solicitante desta Secretaria a elaboração do descritivo dos itens que compõem o objeto da licitação, de forma que não haja especificação técnica que cerceie injustificadamente o caráter competitivo do certame.

2.28. Ainda quanto ao tema, destaca-se que, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, as exigências de qualificação técnica, quer técnico-profissional, quer técnico-operacional, devem recair sobre parcelas que sejam, simultaneamente, de maior relevância e valor significativo, e tais requisitos devem ser demonstrados no instrumento convocatório ou no processo administrativo da licitação.

SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

2.29. Alerta-se, quando da assinatura do instrumento contratual, sobre a necessidade de se observar os requisitos exigidos no Edital de Licitação para a sua formalização.

2.30. Assinala-se que a responsabilidade pelos aspectos fáticos e outros consistentes em elementos extrajurídicos repousa inteiramente sobre o órgão gestor pertencente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, sendo aqui tomados por pressuposto, por escaparem à competência atribuída a esta unidade consultiva, consignando-se que a análise jurídica ora ofertada se ampara na documentação e nos pronunciamentos que integram os autos até o momento processual.

3. **CONCLUSÃO**

3.1. Pelas razões expostas, frente aos aspectos jurídicos e procedimentais analisados, fica **aprovada a Minuta do Edital de Licitação da Tomada de Preços** instrumentalizada nos presentes autos (51003637), bem como a **Minuta Contratual** (Anexo IX do Instrumento Convocatório), cujo objeto é a *“reforma e implantação de quadra coberta no Centro de Ensino em Período Integral Polivalente Dr. Sebastião G. de Almeida, no município de Uruaçu-GO”*, com valor total estimado em **R\$ 954.992,28** (novecentos e cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos), **condicionando ao atendimento das orientações dos itens 2.11, 2.23, 2.24 e 2.25 do presente expediente.**

3.2. Encaminhem-se os autos à **Gerência de Licitação** desta Pasta, para prosseguimento do feito, após atendimento a todas as providências solicitadas.

Goiânia-GO, 20 de setembro de 2023.

Oberdan Humberton Rodrigues Valle

Procurador do Estado

Chefe da Procuradoria Setorial



Documento assinado eletronicamente por **OBERDAN HUMBERTON RODRIGUES VALLE, Procurador (a) do Estado**, em 20/09/2023, às 15:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **51860794** e o código CRC **A996B8A8**.

PROCURADORIA SETORIAL

QUINTA AVENIDA QD.71 Nº 212 - SETOR LESTE VILA NOVA - GOIÂNIA - GO - CEP 74643-030 - (62) 3201-9689.



Referência: Processo nº 202200006006572



SEI 51860794